

Mitologia da crise: Pandora e Sísifo

ALGUMAS DAS CONSEQUÊNCIAS NEFASTAS DA DESVALORIZAÇÃO PODEM SER EVITADAS

*Marcelo de Paiva Abreu**

Até mesmo alguns dos defensores mais desabridos da desvalorização cambial como panacéia universal parecem atordoados com o turbilhão de volatilidade que tem caracterizado os mercados desde o início de janeiro. A inexorabilidade da desvalorização, evidente *post factum* para quase todos, decorreu pura e simplesmente do insuficiente compromisso político do Executivo com o conjunto completo de políticas necessárias à transição de um regime de inflação alta e estagnação para um regime de inflação baixa e crescimento sustentado. É certo que, desde o lançamento do Plano Real, a cantilena pró-desvalorização prosperou, oriunda de uma curiosa aliança de opositoristas escoriados pela derrota eleitoral de 1994, protecionistas com síndrome de desmame e operadores de mercado preocupados em fazer vingar as suas apostas. Isto faz parte das regras do jogo. O que é importante sublinhar é que a política cambial de desvalorização lenta adotada entre 1994 e o início de 1999 foi comprometida, após um período inicial virtuoso, pela sistemática ojeriza demonstrada pelo Executivo em comprometer o cacife político presidencial com o efetivo ajuste dos gastos públicos em todos os níveis de governo.

O governo protelou reiteradamente os ajustes necessários, e até mesmo explicitamente prometidos. O ponto culminante desta infeliz trajetória talvez tenha sido o chamado pacote 51, que pretendia enfrentar a instabilidade gerada pela crise asiática com vigoroso ajuste fiscal. O que se viu, mais uma vez, foi que as palavras são levadas pelo vento. De fato, a síndrome da protelação do ajuste prosperou contando com a simpatia de muitos analistas econômicos. Lembro-me de uma mesa sobre o Brasil realizada em Nova York, no Council on Foreign Relations, no início de novembro de 1997, logo após o anúncio do pacote. Disse então que as medidas pareciam adequadas para demonstrar a seriedade de propósitos do governo, mas que, com base no seu retrospecto, tinha dúvidas quanto à sua capacidade e/ou empenho em cumprir as promessas. Meu companheiro de mesa, o Dr. Armínio Fraga, ressaltou que minha análise lhe parecia muito pessimista e que o governo certamente cumpriria o prometido.

Autópsias não ressuscitam cadáveres. O que se pode tomar como certo é que a taxa de câmbio se estabilizará a um nível muito acima do desejado, proposto ou previsto pelos agentes econômicos. Trata-se agora de, aberta a caixa de Pandora, minimizar as consequências indesejáveis de uma desvalorização de pelo menos 30-40% na taxa real-dólar. O governo parece disposto a tentar evitar algumas das consequências da desvalorização, quando deveria concentrar-se em procurar soluções inovadoras para tentar minorar outras, sobre as quais tem efetivo controle. A contrapartida do estímulo às

exportações associado à desvalorização é o desestímulo às importações, encarecidas repentinamente pela desvalorização. Se o custo das importações aumenta, é inexorável que haja amplo espaço para que aumentem os preços dos produtos domésticos competitivos. Assim, no caso dos automóveis, por exemplo, não há redução de IPI com compromisso de manutenção temporária de preços e emprego que seja capaz de retardar significativamente a convergência entre preços internos e preços de importados substitutos. A medida só poderia fazer sentido do ponto de vista político, dado o mau momento que atravessa o governo. Em qualquer caso, seria bastante útil saber quanto custaria manter cada emprego em termos de redução de impostos. O mais provável é que seja mais barato licenciar, com salário integral, os operários cujo emprego está sendo garantido e continuar cobrando o IPI integral. A medida que garantiria que os preços não aumentem, além da contração da demanda, é a redução da tarifa de importação, conflitante, pelo menos no médio prazo, com o objetivo de conter o overshooting da desvalorização cambial.

A desvalorização cambial afeta o custo em reais dos compromissos externos do governo. A maior parte refere-se ao serviço da dívida externa, mas há um resíduo relevante que corresponde a gastos com bens e serviços não-financeiros. Neste caso, o governo tem efetiva capacidade de cortar. Os ajustes são dolorosos e despertam gigantesca resistência política, mas há registro de que estão sendo feitos, e até mesmo de situações de constrangimento com atraso de salários, aluguéis e pagamentos a fornecedores. Entre estes gastos em divisas, o caso das bolsas de estudos no exterior suscita preocupações especiais. Em vista do aumento do custo dos atuais bolsistas, as agências governamentais estariam dispostas a simplesmente não conceder bolsas de doutorado no exterior. Alguns justificam esta política argumentando que, afinal, se o Brasil construiu nos últimos anos, com grandes gastos, um sistema de pós-graduação, nada mais natural que os doutores sejam formados exclusivamente no Brasil. Será justo onerar de forma concentrada os estudantes com a mudança abrupta da política anterior? Não seria o caso de buscar uma forma de financiar os gastos destes estudantes, talvez com uma repartição mais equitativa do custo entre os bolsistas e a sociedade? Mais importante: qualquer política científica que se preza deve ter como elemento importante a exposição internacional da comunidade científica nacional. Na maioria dos campos de conhecimento, a formação que se pode obter no Brasil, apesar de razoável, não é equivalente à que pode ser obtida nos centros de ponta do exterior. O apoio público, ao menos parcial, é essencial para que esta exposição internacional ocorra. Em educação superior, tal como no caso da indústria, faz sentido, em determinadas circunstâncias, estimular a substituição de importações, neste caso de doutores, mas fechar o mercado leva à perpetuação de ineficiências e ao declínio de qualidade por falta de concorrência.

Não é preciso concordar com John Phillimore, negociador da dívida britânica no Rio de Janeiro em 1943, quando, respondendo às críticas que lhe eram feitas pelos seus principais em Londres, escrevia: “estou pensando em mandar-lhes, para publicação na imprensa, fotografias da população do Rio brincando o Carnaval [“disporting themselves”]. Qualquer credor que as veja, certamente aceitará as condições negociadas sem mais delongas.” Mas, a atmosfera carnavalesca e a *débâcle* da política

macroeconômica levam à tentação de concluir que a sina do País, na busca de uma situação econômica estável que permita o crescimento e a redução das injustiças, é bem retratada pelo castigo de Sísifo: obrigado a empurrar uma rocha montanha acima que sempre rolava de volta e o obrigava a repetir os esforços.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.